Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul
GAB. CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

DECISÃO SINGULAR DSG - G.ODJ - 2288/2018

PROCESSO TC/MS	: TC/18567/2013
PROTOCOLO	: 1459057
ÓRGÃO	: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORÃ
ORDENADOR DE DESPESAS	: WALLAS GONÇALVES MILFONT
CARGO DO ORDENADOR	: PREFEITO MUNICIPAL À ÉPOCA
ASSUNTO DO PROCESSO	: CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 136/2013
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO	: PREGÃO PRESENCIAL N. 55/2013
OBJETO DA CONTRATAÇÃO	: LOCAÇÃO DE TENDAS, BANHEIROS QUÍMICOS E FECHAMENTOS
EMPRESA CONTRATADA	: MENDES E JUSTI LTDA.-ME
VALOR CONTRATADO	R$ 96.105,00
RELATOR	: CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

CONTRATAÇÃO PÚBLICA. EXECUÇÃO FINANCEIRA. REGULARIDADE E LEGALIDADE.

DO RELATÓRIO

Tratam os autos do Contrato Administrativo n. 136/2013 celebrado entre a Prefeitura Municipal de Itaporã e a empresa Mendes e Justi Ltda.-ME, decorrente do procedimento licitatório Pregão Presencial n. 55/2013, cujo objeto é a locação de tendas, banheiros químicos e fechamentos para atender as necessidades de diversas Gerências do Município, no valor de R$ 96.105,00 (noventa e seis mil, cento e cinco reais), sob a responsabilidade do Sr. Wallas Gonçalves Milfont, prefeito municipal à época.

O procedimento licitatório (1ª fase) e a formalização e teor do contrato (2ª fase) foram julgados legais e regulares por meio da Decisão Singular DSG-G.ODJ-6941/2015, peça 21.

Analisa-se, neste momento, os atos de execução financeira do objeto contratado, nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução Normativa TC/MS n. 76, de 11 de dezembro de 2013.

Após a análise dos documentos apresentados pelo jurisdicionado, tanto a equipe técnica, conforme Analise ANA-4ICE-17349/2017, quanto o Ministério Público de Contas – MPC, Parecer PAR-4ª PRC-3847/2018, opinaram pela legalidade e regularidade dos atos.

DA DECISÃO

Extrai-se dos autos que não houve qualquer irregularidade que pudesse macular a execução financeira do Contrato Administrativo n. 136/2013.

Os documentos concernentes à 3ª fase da contratação foram assim comprovados:

Valor empenhado	R$ 19.480,00
Valor liquidado	R$ 19.480,00
Valor pago	R$ 19.480,00

Como se vê, são idênticos os valores relativos às três etapas da execução da despesa, quais sejam empenho, liquidação e pagamento, circunstância que revela a correta liquidação do objeto.

Nessas condições, considerando que foram atendidas as exigências contidas na Lei n. 4.320/64, bem como nas normas regimentais estabelecidas por esta Corte de Contas, concluo que os atos de execução financeira do objeto contratado merecem a chancela deste Colendo Tribunal.

Ante o exposto, acolho o entendimento da 4ª ICE e o parecer do MPC, e **DECIDO**:

1. pela **legalidade** e **regularidade** dos atos de execução financeira do Contrato Administrativo n. 136/2013, com fulcro no art. 59, I, da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160, de 2 de janeiro de 2012, c/c o art. 120, III, do RITC/MS;

2. pela **intimação** do resultado deste julgamento às autoridades administrativas competentes, com base no art. 50 da LCE n. 160/2012, c/c art. 70, § 2º, do RITC/MS.

Campo Grande/MS, 14 de março de 2018.

CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO
Relator

ejo